

IMPACTOS REGIONAIS DO RECENTE PROCESSO DE CONCENTRAÇÃO BANCÁRIA NO BRASIL

Adriana Moreira Amado*

1 Introdução

A discussão sobre os papéis da moeda e do sistema financeiro, em termos regionais, passa necessariamente pela análise do tipo de economia com que se está trabalhando. Se o referencial teórico adotado trabalha com a idéia de uma economia que usa moeda para trocas, mas esta tem um papel apenas de agilizador das mesmas, e, portanto, não interfere na definição das condições de equilíbrio da mesma e em sua trajetória de crescimento, sendo estas determinadas por variáveis reais, é óbvio que a moeda não requer nenhum papel de destaque em termos analíticos. Precisa-se, sim, de proceder a análise em termos reais, vislumbrando quais são os diferenciais de produtividade entre as economias regionais e quais são os entraves ao crescimento da poupança, que, em última instância, limita o crescimento desses sistemas de acordo com essas concepções.

Ao contrário se estivermos trabalhando com a noção de economias monetárias de produção, que são definidas como sendo aquelas em que *"money plays a part of its own and affects motives and decisions and is, in short, one of the operative factors in the situation, so that the course of events cannot be predicted either in the long period or in the short, without a knowledge of the behaviour of money between the first and the last"* (Keynes, 1973, p. 408-409) a moeda terá um papel definitivo a desempenhar nessas economias e a trajetória de crescimento das mesmas não pode ser entendida abstraindo a participação das variáveis monetárias e o comportamento dos agentes frente à moeda.

Este artigo procurará demonstrar como em uma economia monetária de produção a moeda importa em termos da definição das trajetórias de crescimento regional. Observará que o comportamento do sistema financeiro e dos agentes em relação à moeda tende a ampliar divergências em termos de trajetórias de crescimento de sistemas estruturalmente muito diversos. Isto, contudo, será feito com o objetivo de traçar os elementos fundamentais do processo decisório dos bancos e de observar se há ou não uma tendência "natural" à concentração bancárias em economias que possuem estruturas regionais muito diferenciadas. Então, procederemos a análise dos possíveis impactos da concentração bancária em termos de divergência ou convergência do crescimento regional e, por fim, procuraremos analisar o caso brasileiro, observando se em 1990 os bancos tinham um caráter regional e quais eram os bancos que possuíam esse caráter¹. Faremos, então, algumas considerações sobre o papel desses bancos nos sistemas regionais, tanto em termos de geração de crédito quanto em termos de criação de depósitos. Por fim, analisaremos quais são as perspectivas do problema regional no Brasil, em termos da dinâmica financeira, dentro do marco da acentuada concentração bancária que ocorreu após 1995.

* Professora do Departamento de Economia da Universidade de Brasília. A autora agradece os comentários da Prof^a Maria de Lourdes Rollemberg Mollo.

¹ Escolhemos esse ano em decorrência da disponibilidade de dados.

2 O Problema Regional e a Concentração Real e Financeira

Uma vez que estaremos trabalhando dentro do referencial teórico pós keynesiano, que pressupõe como marco teórico relevante o de uma economia monetária de produção, cabe tecermos algumas considerações gerais sobre as mesmas, que serão fundamentais para a compreensão da não neutralidade da moeda ao nível regional.

Em primeiro lugar, é importante ressaltar que para a definição dessas economias a noção de tempo com que se trabalha é a de tempo histórico. Ou seja, o tempo como elemento irreversível, ou seja, como variável unidirecional.

Dado que se assume o tempo histórico, temos que assumir a incerteza em seu caráter radical. Ou seja, como o tempo é histórico, os agentes sabem que as decisões quando tomadas não estão sujeitas a revisão. E mais: a incerteza radical não decorre apenas do caráter não reversível do tempo, mas também do caráter crucial dos eventos econômicos. Ou seja, a geração de distribuições de probabilidade que dêem base ao processo decisório não é possível, em decorrência de a decisão e sua implementação modificarem o ambiente em que o evento ocorre e, portanto, prejudicarem os supostos fundamentais da teoria de probabilidades. E mais: a crucialidade dos eventos econômicos acaba dando à ação do agente um caráter criativo, ou seja, o mundo não está dado e nem é externo ao indivíduo. O agente com sua ação é capaz de criar alternativas e cenários novos no mundo. Isso implica em que o conjunto de possíveis consequências da ação não seja completo. Ou seja, se pensarmos em termos de probabilidades teremos que as probabilidades atribuídas a cada uma dos possíveis resultados de uma determinada ação não somam um. Portanto, os agentes têm que suprir esse hiato com algum outro elemento que balize seu processo decisório.

Por fim, surge a moeda como elemento social que permite aos agentes adotarem contratos como forma de reduzir sua incerteza. E mais, dado que a moeda é a representante máxima da liquidez e que, portanto, representa todas as outras mercadorias, ela passa a ser demandada como forma de adiar a tomada de decisão, ou seja, sua demanda, que tem bases absolutamente racionais, passa a ser um reflexo da incerteza dos agentes. A moeda surge, assim, como uma resposta à incerteza.

3 Economias Monetárias e a Caracterização Regional em Centro e Periferia

Acabamos de analisar os elementos fundamentais que caracterizam as economias monetárias de produção. Cabe agora fazermos uma caracterização geral de centro e periferia. Quando contrapomos economias centrais e periféricas observamos que relativamente às últimas, as primeiras possuem trajetórias de crescimento mais estáveis e a variável dinâmica dessas economias é endógena; a propensão a importar é menor; os arranjos institucionais são mais desenvolvidos; os mercados, dentre eles o financeiro, são mais desenvolvidos, portanto a liquidez dos ativos é maior; as bases para a difusão de informações são mais sólidas; a incerteza, portanto, é menor e a produção está basicamente concentrada nos setores secundário e terciário, enquanto na periferia ela se concentra nos setores primário e terciário².

A partir desta caracterização geral veremos como os agentes se relacionam diversamente com a moeda de acordo com sua posição em termos regionais³. Podemos observar, pela caracterização geral de centro e periferia, que haverá uma tendência a uma maior preferência pela liquidez na periferia do que no centro. Isso é basicamente uma consequência da maior incerteza (motivo precaução e especulação) e dos arranjos institucionais menos desenvolvidos (motivo precaução e transação). Ao

² Esta caracterização tem por base o artigo de Dow, 1982.

³ Esta análise baseia-se nos artigos de Dow, 1982, 1987, 1990 ; Chick, Dow, 1988 e em alguns comentários específicos feitos a esses artigos em Amado, 1995.

mesmo tempo, podemos observar que a criação de meios de pagamentos nessas economias será problemática. Isso como consequência dos menores multiplicadores, já que a preferência pela liquidez dos agentes é maior na periferia. Ao mesmo tempo, ao contrário dos multiplicadores monetários nacionais, os multiplicadores regionais são fortemente influenciados pelos vazamentos no fluxo financeiro das diversas regiões. Esses vazamentos podem ter origem real (balança comercial) ou financeira (conta de capitais). O fato é que esses dois elementos tendem a drenar liquidez das economias periféricas para as economias centrais, dada a nossa caracterização anterior⁴.

Os bancos são fundamentais nessa história, pois eles são os principais criadores de liquidez. Portanto, uma análise que procure observar o comportamento dos agentes em relação à moeda e aos limites que a liquidez pode gerar aos processo de crescimento de uma dada economia deve ter por base a análise do comportamento dos bancos enquanto criadores de liquidez.

Como observamos anteriormente, há uma tendência ao dreno de liquidez das regiões periféricas para as regiões centrais. Ao mesmo tempo os agentes demandam ativos mais líquidos na periferia do que no centro. Portanto, os bancos lidam com dois problemas na periferia: a) Eles perdem reservas continuamente para o centro e b) Eles perdem mais reservas do que os bancos do centro para o público em geral, já que este tem uma maior demanda por liquidez. Assim, tanto há problemas com o multiplicador bancário quanto com o multiplicando e os dois tendem a limitar a criação de liquidez (Dow, 1982).

É claro que se se assume que a liquidez é o primeiro limite à decisão de investir, o processo de crescimento da periferia já é abortado por um limite de liquidez e o crescimento do centro é facilitado pela mesma razão. Contudo, se pensarmos em termos do comportamento dos bancos, observaremos que a dinâmica financeira acima descrita acabará por gerar um processo de concentração bancária que favorecerá os bancos do centro. Cabe, portanto, analisar quais seriam os impactos regionais de tal processo de concentração bancária. Para tanto, deveremos analisar as particularidades do processo decisório em economias monetárias de produção e, então, observar os elementos que direcionam a decisão de emprestar dos bancos e como essas particularidades podem ter importantes implicações em termos da acentuação das trajetórias de crescimento regional desigual.

4 Incerteza e o Processo Decisório dos Bancos

Como foi observado anteriormente as economias monetárias de produção estão calcadas na incerteza radical. Esse é o ambiente relevante para a tomada de decisão dos diversos agentes. A incerteza, ao contrário do risco, impede que a teoria de probabilidades tradicional seja usada para direcionar o processo decisório e, assim, os agentes têm que usar outros mecanismos para formar suas expectativas. Dentre esses mecanismos encontram-se as convenções (Keynes, 1937, p. 214)

A formação de expectativas com base em convenções traz uma extrema volatilidade à economia, uma vez que a deixa sujeita a súbitas e intensas transformações. Contudo, no caso da análise dos impactos desse processo de formação de expectativas, em termos de dois sistemas interrelacionados, como é o caso de economias regionais, veremos que o caráter convencional das expectativas embute a manu-

⁴O dreno de reservas do sistema bancário para a periferia é fundamental no estágio 2 do desenvolvimento bancário, ou seja, naquele estágio em que os bancos são limitados por suas reservas no que se refere à extensão de crédito, mas repercute nos demais estágios de forma limitante ao sistema bancário periférico (Chick e Dow, 1988). E mais, o próprio desenvolvimento institucional dos bancos não se dá de forma homogênea dentro do país, o que dá mais vantagens comparativas ao sistema do centro (Amado, 1995).

tenção da dada situação de desigualdade, dado que ao usarmos o presente como guia, ainda que parcial, para o futuro, estaremos reproduzindo com as ações presentes a desigualdade presente. Ao observarmos o comportamento dos outros agentes como balizador de nossas ações, também reproduziremos um certo "consenso" sobre a manutenção das desigualdades. Portanto, verifica-se um processo de profecias auto-realizáveis, o que é especialmente verdade no que se refere ao comportamento dos bancos e dos investidores. Ou seja, ao verificarem uma situação de estagnação econômica em uma determinada região e ao formarem suas expectativas extrapolando essa situação para o futuro e verificando o comportamento dos demais agentes, que provavelmente estarão fazendo a mesma coisa, os bancos serão relutantes em estender crédito a regiões deprimidas. Assim, ao colocarem barreiras financeiras ao crescimento dessas regiões, eles efetivamente geram as condições para a perpetuação da estagnação.

A esse problema geral soma-se um particular que afeta as economias periféricas. Dado que não existe nenhum mecanismo seguro para a tomada de decisão que precise de forma absolutamente correta o nível de risco, a tomada de decisão vai se dar em grande parte com base em expectativas formadas de forma convencional e com base no grau de segurança que o agente deposita nessas expectativas. Nesse ponto entram as particularidades regionais: bancos que têm seus centros decisórios localizados no centro terão menos informações e, conseqüentemente, bases muito mais voláteis para a formação de expectativas sobre projetos da periferia. Isso decorre em grande medida do caráter mais remoto desses projetos. Desta forma, o grau de confiança desses bancos em relação a esses projetos será muito menor, o que os fará mais reticentes em estenderem crédito aos mesmos. Ou seja, neste caso o problema não decorre do risco real de um projeto, mas, sim, das expectativas formadas pelos bancos sobre os mesmos. Já os bancos da periferia terão informações mais sólidas sobre os projetos da própria periferia, dado o caráter mais próximo dos mesmos e uma base mais sólida que eles possuem em relação à formação de expectativas nas suas regiões de atuação. Assim, eles terão mais facilidade em estender crédito a esses projetos.

Dada a base mais remota de informações dos projetos da periferia, os bancos do centro tendem a estender empréstimos para a periferia via projetos de empresas que têm suas sedes no centro, dado que assim a volatilidade da base de informações é menor. Contudo, isso representa dois problemas fundamentais em termos regionais: a) esse projetos normalmente mantêm elos mais estreitos com a economia da região central e, desta forma, apresentam maiores coeficientes de importação que projetos da própria região periférica, reduzindo desta forma tanto os multiplicadores de renda quanto os multiplicadores bancários e b) esse projetos tendem a usar com maior intensidade ativos da região central para especular e, portanto, causam vazamentos na conta de capitais que se refletem num menor multiplicador monetário. Isso posto, observamos que o favorecimento desses projetos leva a uma maior perda de reservas por parte do sistema bancário operante na periferia, o que amplia as vantagens comparativas dos bancos com sedes no centro. Assim, temos um sistema de retro-alimentação em que a concentração bancária reforça a concentração industrial e esta reforça a concentração bancária.

Observadas essas considerações gerais, podemos concluir que os bancos de caráter regional têm uma importância fundamental para as economias periféricas, já que eles limitam menos a criação de crédito para essas regiões e o crédito criado por eles tem maiores impactos positivos tanto financeiros quanto reais na própria região. Assim, a concentração bancária, que como vimos tem razões próprias à dinâmica monetária, teria o efeito de acentuar as desigualdades regionais e, mais, tenderia a acentuar a concentração industrial em favor de indústrias do centro, agravando mais ainda o problema regional.

5 Caráter Regional de Alguns Bancos Brasileiros em 1990

	Acre		Amapá	
	Emp.	Dep.	Emp.	Dep.
Bradesco (SP)	0.14	3.20	0.77	7.69
Itaú (SP)	0.46	2.15	1.07	1.33
Bamerindus do Brasil (PR)	0.50	1.19	3.68	4.31
Nacional (MG)	0.42	0.08	0.00	0.00
Econômico (BA)	0.02	1.09	1.19	10.26
Unibanco (SP)	0.00	0.00	0.00	0.00
Safra (SP)	1.00	0.00	0.00	0.00
Bco. de Crédito Nacional (SP)	0.00	0.00	0.00	0.00
Banorte (PE)	0.00	0.00	0.00	0.00
Bco. Industrial e Comercial (CE)	0.00	0.00	0.00	0.00
Bco. Comercial Bancesa (CE)	0.00	0.00	0.00	0.00
Bco. Mercantil (MG)	0.00	0.00	0.00	0.00

	Amazonas		Pará	
	Emp.	Dep.	Emp.	Dep.
Bradesco (SP)	0.63	8.22	5.01	6.70
Itaú (SP)	1.92	3.82	0.81	2.04
Bamerindus do Brasil (PR)	1.79	2.52	7.13	4.28
Nacional (MG)	0.35	0.47	1.10	0.24
Econômico (BA)	2.17	1.92	0.85	2.79
Unibanco (SP)	0.41	0.10	0.15	0.06
Safra (SP)	0.67	0.44	0.18	0.15
Bco. de Crédito Nacional (SP)	0.01	0.18	0.19	0.07
Banorte (PE)	0.68	0.88	1.34	0.38
Bco. Industrial e Comercial (CE)	0.33	0.38	0.48	0.09
Bco. Comercial Bancesa (CE)	0.29	0.32	0.14	0.13
Bco. Mercantil (MG)	0.00	0.00	0.00	0.00

	Rondônia		Roraima	
	Emp.	Dep.	Emp.	Dep.
Bradesco (SP)	0.60	9.02	0.50	6.53
Itaú (SP)	2.11	5.79	1.31	5391
Bamerindus do Brasil (PR)	5.10	6.58	1.43	2.65
Nacional (MG)	2.01	0.33	0.00	0.00
Econômico (BA)	0.04	0.56	0.92	5.48
Unibanco (SP)	0.14	0.14	0.00	0.00
Safra (SP)	0.00	0.00	0.00	0.00
Bco. de Crédito Nacional (SP)	0.00	0.00	0.00	0.00
Banorte (PE)	0.11	0.16	0.00	0.00
Bco. Industrial e Comercial (CE)	3.52	0.53	0.00	0.00
Bco. Comercial Bancesa (CE)	0.00	0.00	0.00	0.00
Bco. Mercantil (MG)	0.00	0.00	0.00	0.00

Tabela 1 (Continuação)

	Tocantins		Alagoas	
	Emp.	Dep.	Emp.	Dep.
Bradesco (SP)	1.75	6.46	0.36	2.77
Itaú (SP)	0.81	3.58	1.43	2.02
Bamerindus do Brasil (PR)	0.77	5.62	0.15	1.01
Nacional (MG)	0.00	0.00	1.49	0.40
Econômico (BA)	0.00	0.00	6.81	4.23
Unibanco (SP)	0.00	0.00	2.13	0.18
Safrá (SP)	0.00	0.00	2.20	0.51
Bco. de Crédito Nacional (SP)	0.04	5.93	0.57	0.48
Banorte (PE)	0.00	0.00	3.12	2.04
Bco. Industrial e Comercial (CE)	0.00	0.00	0.41	0.39
Bco. Comercial Bancesa (CE)	0.00	0.00	0.25	0.11
Bco. Mercantil (MG)	0.00	0.00	0.07	0.23

	Bahia		Ceará	
	Emp.	Dep.	Emp.	Dep.
Bradesco (SP)	1.27	2.26	0.56	1.73
Itaú (SP)	0.76	1.72	0.11	1.04
Bamerindus do Brasil (PR)	2.45	1.03	0.50	0.42
Nacional (MG)	0.96	0.19	0.36	0.09
Econômico (BA)	36.51	69.12	0.37	0.76
Unibanco (SP)	0.49	0.05	0.01	0.03
Safrá (SP)	0.29	0.04	0.36	0.04
Bco. de Crédito Nacional (SP)	0.02	0.03	0.00	0.05
Banorte (PE)	0.41	0.26	0.41	0.25
Bco. Industrial e Comercial (CE)	0.39	0.05	1.37	23.69
Bco. Comercial Bancesa (CE)	0.07	0.01	1.67	8.08
Bco. Mercantil (MG)	0.01	0.04	0.00	0.00

	Maranhão		Paraíba	
	Emp.	Dep.	Emp.	Dep.
Bradesco (SP)	0.41	5.70	0.60	6.06
Itaú (SP)	0.08	2.23	1.75	5.85
Bamerindus do Brasil (PR)	0.22	1.60	0.22	1.10
Nacional (MG)	0.48	0.21	0.26	0.19
Econômico (BA)	0.06	2.74	0.58	3.33
Unibanco (SP)	0.03	0.22	0.26	0.53
Safrá (SP)	0.00	0.00	0.00	0.00
Bco. de Crédito Nacional (SP)	0.01	0.37	0.00	0.00
Banorte (PE)	0.14	0.54	3.17	2.77
Bco. Industrial e Comercial (CE)	0.00	0.00	0.00	0.00
Bco. Comercial Bancesa (CE)	0.00	0.00	0.00	0.00
Bco. Mercantil (MG)	0.00	0.00	0.12	0.45

Tabela 1 (Continuação)

	Pernambuco		Piauí	
	Emp.	Dep.	Emp.	Dep.
Bradesco (SP)	0.59	2.70	0.33	4.04
Itaú (SP)	0.88	2.06	0.39	2.03
Bamerindus do Brasil (PR)	0.08	0.43	0.29	1,54
Nacional (MG)	0.62	0.32	0.25	0.49
Econômico (BA)	2.89	2.79	0.22	2.34
Unibanco (SP)	0.24	0.07	0.02	0.37
Safrá (SP)	0.43	0.06	0.00	0.00
Bco. de Crédito Nacional (SP)	0.12	0.05	0.00	0.00
Banorte (PE)	17.26	42.75	0.88	0.82
Bco. Industrial e Comercial (CE)	0.08	0.04	0.00	0.00
Bco. Comercial Bancesa (CE)	0.04	0.03	0.04	0.09
Bco. Mercantil (MG)	1.36	5.30	0.00	0.00

	Rio Grande do Norte		Sergipe	
	Emp.	Dep.	Emp.	Dep.
Bradesco (SP)	1.09	4.92	0.38	2.89
Itaú (SP)	1.03	3.18	0.42	2.73
Bamerindus do Brasil (PR)	0.50	1.08	1.07	0.97
Nacional (MG)	1.47	0.29	0.05	0.23
Econômico (BA)	0.37	2.28	1.20	8.28
Unibanco (SP)	0.99	0.16	0.08	0.28
Safrá (SP)	0.00	0.00	0.00	0.00
Bco. de Crédito Nacional (SP)	0.09	0.54	0.28	0.34
Banorte (PE)	1.28	1.80	1.27	0.81
Bco. Industrial e Comercial (CE)	0.00	0.00	0.00	0.00
Bco. Comercial Bancesa (CE)	0.00	0.00	0.00	0.00
Bco. Mercantil (MG)	0.97	0.15	0.15	0.18

	Espírito Santo		Minas Gerais	
	Emp.	Dep.	Emp.	Dep.
Bradesco (SP)	5.31	3.01	0.63	1.78
Itaú (SP)	0.35	2.41	0.98	1.95
Bamerindus do Brasil (PR)	1.59	1.11	0.83	0.50
Nacional (MG)	1.82	0.60	11.67	40.43
Econômico (BA)	0.76	0.74	0.34	0.78
Unibanco (SP)	3.23	0.16	0.45	0.12
Safrá (SP)	0.10	0.07	0.71	0.02
Bco. de Crédito Nacional (SP)	0.14	0.20	0.14	0.09
Banorte (PE)	0.02	0.09	0.13	0.03
Bco. Industrial e Comercial (CE)	0.00	0.00	0.20	0.02
Bco. Comercial Bancesa (CE)	0.00	0.00	0.03	0.00
Bco. Mercantil (MG)	0.00	0.00	0.01	0.00

Tabela 1 (Continuação)

	Rio de Janeiro		São Paulo	
	Emp.	Dep.	Emp.	Dep.
Bradesco (SP)	0.69	3.37	9.60	19.22
Itaú (SP)	0.44	5.78	7.27	12.22
Bamerindus do Brasil (PR)	0.44	1.24	1.23	0.60
Nacional (MG)	1.14	0.93	1.01	0.25
Econômico (BA)	0.30	0.59	0.39	0.29
Unibanco (SP)	0.51	0.59	4.67	5.57
Safrá (SP)	1.08	0.06	1.42	3.61
Bco. de Crédito Nacional (SP)	0.39	0.20	1.71	3.18
Banorte (PE)	0.16	0.08	0.10	0.04
Bco. Industrial e Comercial (CE)	0.09	0.01	0.12	0.02
Bco. Comercial Bancesa (CE)	0.00	0.01	0.01	0.00
Bco. Mercantil (MG)	0.01	0.00	0.01	0.00

	Paraná		Santa Catarina	
	Emp.	Dep.	Emp.	Dep.
Bradesco (SP)	2.80	1.15	3.62	5.39
Itaú (SP)	2.08	1.61	2.47	3.43
Bamerindus do Brasil (PR)	23.26	68.88	3.09	3.19
Nacional (MG)	1.32	0.10	1.17	0.20
Econômico (BA)	0.22	0.04	0.92	0.31
Unibanco (SP)	0.85	0.06	1.26	0.28
Safrá (SP)	0.57	0.01	0.82	0.05
Bco. de Crédito Nacional (SP)	0.03	0.01	0.31	0.11
Banorte (PE)	0.42	0.02	0.06	0.07
Bco. Industrial e Comercial (CE)	0.15	0.02	0.35	0.01
Bco. Comercial Bancesa (CE)	0.05	0.01	0.00	0.00
Bco. Mercantil (MG)	0.00	0.00	0.00	0.00

	Rio Grande do Sul		Distrito Federal	
	Emp.	Dep.	Emp.	Dep.
Bradesco (SP)	1.76	2.68	0.01	0.36
Itaú (SP)	1.76	3.07	0.04	0.33
Bamerindus do Brasil (PR)	1.77	1.18	0.04	0.18
Nacional (MG)	0.45	0.17	0.09	0.04
Econômico (BA)	0.20	0.22	0.15	0.04
Unibanco (SP)	1.89	0.30	0.01	0.02
Safrá (SP)	0.34	0.02	0.02	0.01
Bco. de Crédito Nacional (SP)	0.19	0.11	0.01	0.03
Banorte (PE)	0.12	0.04	0.01	0.01
Bco. Industrial e Comercial (CE)	0.14	0.09	0.03	0.01
Bco. Comercial Bancesa (CE)	0.03	0.01	0.00	0.00
Bco. Mercantil (MG)	0.00	0.00	0.00	0.02

Tabela 1 (Continuação)

	Goiás		Mato Grosso do Sul	
	Emp.	Dep.	Emp.	Dep.
Bradesco (SP)	1.40	7.44	2.52	8.59
Itaú (SP)	1.28	4.79	1.95	10.25
Bamerindus do Brasil (PR)	1.80	3.80	8.23	17.01
Nacional (MG)	0.32	0.50	0.11	0.11
Econômico (BA)	0.09	0.17	0.08	0.68
Unibanco (SP)	0.09	0.08	0.32	0.41
Safra (SP)	0.51	0.15	0.30	0.12
Bco. de Crédito Nacional (SP)	0.04	0.28	0.07	0.94
Banorte (PE)	0.19	0.18	0.31	0.40
Bco. Industrial e Comercial (CE)	0.21	0.31	0.19	0.14
Bco. Comercial Bancesa (CE)	0.01	0.09	0.00	0.00
Bco. Mercantil (MG)	0.01	0.02	0.12	0.11

	Mato Grosso	
	Emp.	Dep.
Bradesco (SP)	3.63	9.41
Itaú (SP)	0.68	5.82
Bamerindus do Brasil (PR)	4.03	8.50
Nacional (MG)	0.32	0.11
Econômico (BA)	0.16	0.32
Unibanco (SP)	0.02	0.09
Safra (SP)	0.00	0.00
Bco. de Crédito Nacional (SP)	0.01	0.14
Banorte (PE)	0.29	0.24
Bco. Industrial e Comercial (CE)	0.09	0.32
Bco. Comercial Bancesa (CE)	0.00	0.00
Bco. Mercantil (MG)	0.00	0.00

Fonte: Banco Central do Brasil

Podemos verificar que parte dos bancos analisados efetivamente possuem um caráter regional em sua atuação, ainda que sejam bancos que operem em todo o território. O Bradesco e o Itaú seriam neste esquema os bancos de caráter nacional por excelência, dada sua participação relativamente uniforme em todo o território. Apesar disso seu caráter regional fica claro quando observamos suas participações no mercado de sua região de origem: São Paulo.

Centraremos nossa análise em três bancos específicos, procurando assim observar a atuação regional dos mesmos. Esses bancos são: Bamerindus, Econômico e Banorte.

A análise das participações regionais do Bamerindus deixa claro que o banco se pauta pela atuação em uma região bem definida. Contudo, neste caso a região deve ser definida em seu sentido econômico. Ou seja, este banco tem uma participação mais marcante em regiões de "novas fronteiras", que seriam basicamente as regiões de fronteira agrícola do Sul, Norte e Centro-Oeste. A participação desse banco em seu próprio

A Tabela 1 mostra a distribuição regional dos depósitos e empréstimos de alguns bancos selecionados. A escolha desses bancos seguiu o seguinte critério: selecionamos os oito maiores bancos de caráter nacional de acordo com sua participação nos depósitos e adicionamos os quatro bancos seguintes de caráter regional, utilizando para isso os dados do Balanço Anual da Gazeta Mercantil.

Tabela 1: Participação de Bancos Selecionados nos Mercados Estaduais (%)

Estado de origem (Paraná) é extremamente elevada, somente sendo superada pela do Econômico na Bahia. Contudo, ambas ficam muito próximas. Todavia, o elemento mais interessante na análise do Bamerindus é sua participação relativamente elevada nos estados do Norte: Acre, Amapá, Amazonas, Pará, Rondônia, Roraima e Tocantins e nos estados do Centro-Oeste. O Banco Econômico também se destaca por sua atuação nessas regiões da "nova periferia". Mas, de forma geral, sua atuação é menos relevante do que a do Bamerindus. Junta-se a essa elevada participação na periferia recente do Norte, a elevada participação do Bamerindus nas regiões do Sul (Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul). Cabe observar, contudo, que o destaque desse banco se dá no Paraná, região de "fronteira agrícola" mais recente. Como esta é a localização da sede do banco, pode-se pensar que a especialização econômico-regional do mesmo decorreu do mercado e das atividades em que suas expectativas eram formadas de forma mais sólida.

O segundo banco que merece destaque é o Econômico. Este banco é o que apresenta uma maior concentração tanto de depósitos quanto de créditos em sua região de origem (Bahia). Contudo, o caráter de sua atuação não segue um padrão econômico-regional, como era o caso do Bamerindus. Aqui temos que a atuação deste banco concentra-se no Nordeste e no Norte, englobando tanto áreas da "nova periferia" como da periferia tradicional. Ou seja, este banco mistura áreas periféricas com características econômicas bastante diversas, implicando em um certo rompimento com a noção de região econômica. Contudo, apesar disso, ele ainda é um banco que tem sua atuação centrada na periferia, entendendo este conceito de forma ampla e não reduzindo-o a uma noção homogênea em termos econômico-regionais.

Com relação à sua atuação no Nordeste, podemos observar que esta não é de forma alguma homogênea. Estados que possuem bancos próprios, apresentam uma redução na participação do Econômico (Ceará e Pernambuco). E os estados muito próximos a esses estados e, que, portanto, sofrem uma influência forte dos mesmos também apresentam redução na participação do Econômico (Paraíba, Rio Grande do Norte). Já os estados mais integrados com o Norte e que não têm grandes influências desses outros bancos de caráter local, apresentam elevações na participação do Econômico (Maranhão e Piauí). Por outro lado, o mesmo fenômeno verifica-se para Sergipe em decorrência de sua proximidade da Bahia.

A atuação deste banco em regiões de periferia tradicional e de "nova periferia" dá um caráter misto a sua atuação. Ou seja, aparentemente ele atua em mercados onde havia um certo espaço para isso em detrimento de se especializar em atividades econômicas de caráter bastante específico, como aquelas ligadas às áreas de fronteira agrícola, como parece ser o caso do Bamerindus.

O Banorte também se caracteriza por sua atuação regional, mas, esta é bem mais restrita que a dos dois bancos previamente analisados. Esta banco atua sobretudo no seu mercado de origem (Pernambuco) e nos mercados vizinhos (Paraíba e Rio Grande do Norte).

O mercado do Ceará tem a particularidade de possuir dois bancos de caráter local que ocupam papel de destaque no mesmo (Banco Industrial e Comercial e Banco Comercial Bancesa). Por esse motivo os dois bancos que operam prioritariamente no Nordeste (Banorte e Banco Econômico) possuem uma participação bastante reduzida nesse mercado. Isso é decorrência do caráter bastante restrito, em termos regionais, dos bancos que possuem participações marcantes nesse mercado.

Podemos observar que a participação desses bancos em seus respectivos mer-

cados é grande tanto em termos de depósitos quanto de crédito, contudo, a participação nos créditos é recorrentemente reduzida. Isto é, em grande parte, consequência da grande participação dos bancos de caráter público nesses mercados, sobretudo, em termos de geração de crédito. A participação mais elevada desses bancos de caráter regional na criação de crédito nessas regiões mostra que os mesmos têm um importante papel em termos de deslocar a restrição de liquidez dessas economias. Cremos que essa maior facilidade em estender crédito a suas regiões de especialização deva-se à maior solidez das expectativas dos bancos.

6 Processo de Concentração Bancária Recente

A onda de concentração bancária por que passou a economia brasileira após 1965, em certo sentido, resguardou os bancos de caráter regional, uma vez que um dos principais elementos utilizado, para promover a concentração, era a proibição ou o limite para a abertura de novas agências nas regiões centrais (Bouzan, 1973 ; Marques, 1982 ; Mendes, 1988 ; Moreira, 1984). Por esse motivo, as regiões periféricas não foram um alvo tão intenso da concentração.

O novo processo de concentração bancária que se inicia de forma mais intensa a partir de 1995, com a incorporação do Banco Econômico pelo Excel, não previa nenhum tipo de proteção regional dos bancos. Isso em grande parte decorria de não se observar nenhum papel específico nesses bancos, como foi o caso da extinção dos diferenciais de reservas compulsórias em termos regionais em 1994.

Este trabalho procurou demonstrar que a lógica financeira de uma economia nacionalmente integrada em termos bancários é a da concentração bancária e financeira e que isso necessariamente traz efeitos perversos para as economias periféricas, ao reforçar as restrições de liquidez que essas economias enfrentam. Com base no modelo exposto vamos tecer algumas considerações sobre o que cremos serem as perspectivas decorrentes dessa nova onda de concentração financeira. Feito isso, procuraremos demonstrar elementos que apontam nessa direção.

Como foi visto anteriormente, as economias periféricas caracterizam-se por constantes vazamentos em seus fluxos financeiros. Esses vazamentos são normalmente drenados para as regiões centrais as quais passam a apresentar vantagens comparativas em relação à periferia, já que passam a ter acesso a um volume maior de liquidez. Por outro lado, os bancos do centro são mais reticentes em estender crédito à periferia, por terem expectativas menos sólidas em relação àquelas regiões. E mais, os bancos da periferia tendem a estender crédito a atividades que sejam mais fortemente relacionadas com a própria região, com o fim de evitar perda de reservas. Dados todos esses elementos, é de se supor que um processo de concentração bancária que praticamente elimine os bancos de caráter regional periférico tenderá a acentuar as restrições financeiras dessas regiões. Ao mesmo tempo que é absolutamente lógico pensar que o processo de concentração levará os bancos que assumem os bancos regionais a redirecionarem suas atividades para regiões que possuem vantagens comparativas: regiões centrais. Isso é esperado em decorrência da mudança do centro decisório dessa instituição, ainda que parte da sede do mesmo seja mantida na região. Como o centro decisório está localizado fora dela, o caráter remoto da mesma passa a ser decisivo para o processo decisório e, com isso, a base de informações torna-se menos densa, sendo menor a confiança nessas informações. Todos esses elementos contribuem para que esses bancos discriminem contra os projetos dessas regiões,

Com relação aos bancos com que estamos trabalhando podemos observar que os três bancos de caráter regional em questão foram absorvidos por bancos das regiões centrais: Econômico pelo Excel, Banorte pelo Bandeirantes e Bamerindus pelo HSBC. No caso do Bamerindus, há mais um efeito que claramente transparece. O interesse do HSBC em um banco de caráter regional centrado na região Sul não pare-

ce ser mero acaso, especialmente após as recentes discussões acerca da unificação monetária do Mercosul. Isto aponta para que as análises regionais brasileiras comecem a levar em conta esse novo fenômeno. No caso da integração do Bamerindus com o Mercosul, aparentemente, estar-se-ia transferindo o centro da atuação desse banco para uma região mais ampla que incorpora países vizinhos ao Brasil. Nesse sentido, a acentuação da atividade desse banco no Sudeste e no Sul seria clara e ele tenderia a se afastar de sua atuação nas áreas "periféricas recentes", como são os casos do Centro-Oeste e Norte. Como não há outra instituição operante nessas regiões, tenderia a haver uma acentuação das restrições financeiras das mesmas.

Em termos de mudanças na atuação dos bancos, que recentemente foram incorporados por bancos atuantes no centro-sul ou por bancos internacionais, não temos dados que possam comprovar ou rejeitar nossa hipótese. Isso decorre da indisponibilidade desses dados por parte do Banco Central e do caráter recente do processo. Mesmo que os dados estivessem disponíveis seria difícil identificar tendências claras. Assim, recorremos a algumas matérias veiculadas pela imprensa em que se observa uma nítida tendência à alteração das operações dos referidos bancos em termos de sua atuação regional. Matéria da Gazeta Mercantil de 25 de abril de 1996 afirmava *"O Presidente do Excel-Econômico, Ezequiel Nasser, pediu ontem ao departamento de marketing do banco que inicie estudos com vistas à ampliação da rede nas regiões Sudeste e Sul do país, notadamente no interior de São Paulo, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul"* (Gazeta Mercantil, 25 abr. 1996, p. B2). Em matéria do mesmo jornal de 30 de abril de 1996, o vice presidente do Excel-Econômico, João Ayres Rabello declarava: *"Passei o dia debruçado sobre os PIBs de regiões, para avaliar o potencial de crescimento e posicionamento relativo do banco antigo e do banco novo"... "Daí o estudo dos PIBs regionais – para saber se as agências instaladas nesta ou naquela região têm capacidade de sobreviver e gerar receitas e lucro para a instituição. Mas também para verificar em que setor ou nicho de mercado o novo banco vai atuar. Afinal, uma coisa é trabalhar em São Paulo, onde o negócio com grandes corporações é o alvo central do Excel; outra, é ir para determinadas cidades do Norte/Nordeste, onde o negócio bancário se volta muito mais para médias e pequenas empresas."* (Gazeta Mercantil, 30 abr. 1996, p. B7). Por fim, o mesmo jornal em 24 de dezembro de 1996 traz matéria com a seguinte manchete: *"Excel quer mais presença no Sudeste"*. No corpo da matéria vemos: *"O banco Excel Econômico está decidido a reforçar sua presença nas grandes praças de negócios do Sul e Sudeste. A médio prazo, o banco abrirá 58 novas agências nas duas regiões, informou na sexta-feira Geraldino Madureira, diretor corporativo do Excel"... "A área privilegiada no programa de expansão é a grande São Paulo... Rio de Janeiro... Belo Horizonte.... Madureira reconhece que os grandes bancos estão consolidados nessas áreas, mas diz que o Excel não teme concorrência"*. (Gazeta Mercantil, 24 dez. 1996, p. B-5). E mais, observa-se uma tendência ao Excel passar a atuar no mercado Argentino aproveitando assim as brechas que uma futura união financeira do Mercosul possa possibilitar: *"Segundo o presidente do banco, Ezequiel Nasser, a instituição financeira está de olho no Mercosul e pode abrir agências em países como Argentina"* (Gazeta Mercantil, 6 jun. 1997).

Pelas observações acima citadas nota-se um Tateamento dos novos proprietários dos bancos em termos de que regiões atender, mas claramente as regiões a serem priorizadas não deverão ser regiões de atuação tradicional do banco. Ou seja, o perfil regional do banco tenderia a ser alterado em prol de um banco com uma atuação definida em termos das regiões centrais. Esse Tateamento mostra que as intenções dos bancos se iniciam em termos de redirecionamento das atividades dos mesmos para regiões centrais, mas isso sendo entendido de forma mais geral. Após alguns dias, observa-se a decisão de centrar a atuação na região central mais restrita que é exatamente a grande São Paulo. Desta forma a tendência concentradora do

redirecionamento da atuação do banco vai ficando mais intensa do que parecia à primeira vista.

No caso do HSCB Bamerindus podemos observar que o perfil de atuação do banco também tende a se modificar centrando suas ações no eixo Rio / São Paulo. Isso pode ser verificado em entrevista de seu Presidente Michael Georghegan: *"Muitos me perguntam se vamos fechar agências. Minha visão é um pouco diferente da de outros banqueiros. Vamos abrir mais agências ainda, pois achamos nossa rede muito pequena em São Paulo e no Rio de Janeiro e tenho a intenção de crescer mais nessas regiões e no resto do país"* (Folha de São Paulo, 31 mar. 1997, 2º Caderno, p. 5). Contudo, com o HSBC a tendência a direcionar a atuação do banco para o Mercosul também está presente: *"De acordo com fontes do Banco Central paraguaio, OSBC está interessado em comprar o Banco Unión, o maior de capitais paraguaios e que atravessa uma situação financeira muito difícil. O HSBC adquiriu o Bamerindus no Brasil, em abril último, e na Argentina acaba de adquirir o banco Roberts. A compra do Unión, então, insere-se em um plano de consolidação dentro do Mercosul"*. (Gazeta Mercantil Latino-Americana, 9 a 15 jun. 1997). Essas afirmações deixam claras as novas opções do referido banco, ou seja, passar a atuar na região central e se solidificar como um banco do centro. Por outro lado, um outro processo claramente transparece, ou seja, o objetivo do banco não está limitado ao mercado nacional, a idéia de centro, neste caso, deve ser estendida ao centro do Mercosul, que envolve exatamente o Centro-Sul do Brasil, região que concentra a maior parte das atividades econômicas dinâmicas, e mais alguns países do Mercosul. Assim, a noção de região deve ser compreendida de forma mais ampla e a tendência à concentração também é ampliada.

7 Conclusão

Este trabalho procurou tecer algumas considerações acerca das características das regiões centrais e periféricas, que levam à concentração bancária, mostrando que esse é mais um elemento que tende a ampliar o hiato de desenvolvimento existente entre esses diferentes sistemas.

Mostramos que um dos elementos fundamentais para a compreensão dos limites impostos pelo crédito ao crescimento da periferia vem da forma como os bancos formam suas expectativas, ou seja, dada a volatilidade e o caráter remoto da base de informações da periferia, eles são mais relutantes em estender crédito a essas regiões.

Feito isso, concluímos que haveria uma tendência natural à concentração bancária no centro e que esse processo teria impactos negativos sobre a possibilidade de crescimento da periferia. No caso do Brasil, temos todos esses elementos que levam à concentração bancária no centro. E mais, esse processo foi facilitado pela Autoridade Monetária, que não teve nenhum tipo de preocupação em observar os papéis diferenciados do sistema financeiro nacional e dos bancos de caráter regional quando das definições recentes sobre o sistema financeiro nacional.

Analizamos, então, o comportamento de alguns bancos no sentido de estabelecer o padrão regional de sua atuação. Feito isso, observamos que os bancos que foram incorporados recentemente apresentavam um caráter regional marcante em sua atuação e foram incorporados por bancos que tinham sua atuação restrita ao Centro-Sul. Desta forma, todos os problemas observados anteriormente, em termos de formação de expectativas, passam a se observar em relação a esses bancos. Assim, nota-se uma tendência à ampliação das restrições de liquidez para as economias periféricas, que, obviamente, levarão a limites ao crescimento das mesmas e, portanto, à acentuação das desigualdades regionais.

Referências bibliográficas

- AMADO, A.M., *Disparate Regional Development in Brazil : A Monetary Production Approach*. Avebury : Aldershot, 1997.
- BOUZAN, A., Concentração e Economias de Escala nos Bancos Comerciais Brasileiros. *Revista de Administração de Empresas*, v. 13, n. 3, 1973.
- CHICK, V., Dow, S.C. Post-Keynesian Perspective on the Relation Between Banking and Regional Development. In: ARESTIS, P. (Ed.). *Post Keynesian Monetary Economics*, Elgar : Aldershot, 1988.
- Dow, S.C. The Regional Composition of the Money Multiplier Process, *Scottish Journal of Political Economy*, v. 19, n. 1, 1982.
- Dow, S.C. The Treatment of Money in Regional Economics. *Journal of Regional Science*, v. 27, n. 1, 1987.
- Dow, S.C. *Financial Markets and Regional Economic Development : The Canadian Experience*. Avebury : Aldershot, 1990.
- Folha de São Paulo, São Paulo, 31 mar. 1997. 2º Caderno.
- GAZETA MERCANTIL, São Paulo. 25 abr. 1996 ; 30 abr. 1996 ; 24 dez. 1996 ; 6 jun. 1997.
- GAZETA MERCANTIL, *Latino-Americana*, São Paulo, 9-15 Jun .1997.
- Gazeta Mercantil, *Balanço Anual*, Vários Números.
- KEYNES, J.M., The General Theory of Employment, *Quarterly Journal of Economics*, v. 51, 1937.
- KEYNES, J.M. The General Theory. Part I: Preparation, *Collected Writings of John Maynard Keynes*, v. 13, Macmillan, Cambridge : Cambridge, 1973.
- MARQUES, N.F.S. A Concentração do Capital bancário no Brasil (1964-1984). *Revista Brasileira de Mercado de Capitais*. v. 11, n. 34, 1985.
- MENDES, A.L., *Concentração e Desintermediação Financeira no Brasil : (1964-1986)*. 1988. Tese (Mestrado), Universidade de Brasília, 1988.
- MOREIRA, R.M. A Concentração Bancária e a Conglomeração Financeira. *Revista Brasileira de Mercado de Capitais*, v. 10, n. 32, 1984.